

Onde os fracos não têm vez

Daniel Afonso da Silva

Daniel Afonso da Silva

é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor-pesquisador no Ceri-Sciences Po de Paris. E-mail: daniel.afonso66@hotmail.com

ALLIOT-MARIE, Michèle. *Au coeur de l'État*. Paris : Éditions Plon, 2013, 280 p.

Céu norte-africano. 27 de fevereiro de 2011. 0h30. O Falcon 900 do governo francês adeja sem sobressaltos. Conduz Michèle Aliot-Marie, ministra do exterior, de volta para casa. De volta para Paris. Ela sabe ser — e deseja que seja — a sua última viagem nesse Falcon nesse cargo. No silêncio de seus assistentes e na solidão do poder, ela inicia, porquanto, a redação da carta de sua demissão para apresentar ao presidente da República após aterrissar. Suas razões são políticas, pessoais e morais. Sua convicção segue inamovível. Em menos de 100 dias na função, os *headlines* dos principais jornais do país exigem ostensiva e incisivamente a sua retratação seguida de exoneração. Tudo teria começado nas férias de fim de ano.

Dezembro de 2010. Mês e ano em questão.

Como de costume, desde os anos de 1980, ela, como a maioria dos políticos franceses e europeus, passa o recesso de natal e ano novo no imediato sul do Mediterrâneo. Marrocos, Egito, Argélia, Tunísia. Ora num ora noutro país. Por vez, neles todos. Desta vez se escolhera a Tunísia. Tunísia sentido norte. Cidade, Tabarka. Sede do fabuloso sítio arqueológico romano confluyente aos interesses culturais e intelectuais da ministra. À Tunísia, à Tabarka, foram, então, todos. Que não eram muitos. Ministra, mãe, pai, marido. Amigos locais, tunisianos e/ou franco-tunisianos, preparam tudo. Os oito dias em “férias” prometiam revigorar todas as forças para a “retomada” das atividades nos primeiros dias do novo ano — as aspas têm sentido e razão precisos: ministro de estado francês não tem férias e jamais retoma a sua função por jamais deixá-la. Também por isso Tabarka foi escolhida. Próxima da França e acessível facilmente. *Just in case*.

Fora de seu birô no Quai d’Orsay, mas, portanto, não fora do Quai d’Orsay. Três, quatro vezes ao dia ao ministro em recesso se forja ligar ou receber ligação desde Paris com os informes acerca do andamento de dossiês. Às vésperas do 24 de dezembro e do 1º de janeiro compete aos ministros ligar aos seus homólogos e/ou parceiros estratégicos nas quatro partes do mundo.

O ministro serve o país. Representa-o. Encarna-o. Michèle Aliot-Marie sabe disso. Faz isso. Vive isso. Mas, nesses dias, ela — como os demais servidores do estado francês — intenta se aproximar da família. Atualizar assuntos. Renovar sonhos. Um dos sonhos de seus pais, já entrados em anos, era possuir uma casa de férias nesse país tão acolhedor que lhes é a Tunísia. Tunísia que mais uma vez lhes servia de recanto de paz e reencontro. O fator ausente era simplesmente um fiador. Michèle Aliot-Marie se fez, então, fiadora dos pais. Fia com prazer e em sentido de devoção. Assina e representa o empreendimento dos pais.

Os dias passaram. Janeiro chegou. Todos — ministra, pais, marido — retornaram a Paris.

Em janeiro e em Paris a ministra tomou dimensão dos acontecimentos tunisianos correntes. Primeiro do jovem que se imolara na feira. Depois dos protestos decorrentes contra o governo; no poder havia decênios.

Desde o interior do Quai d'Orsay ela viu o volume dos piquetes e paralisações ficar crescente pela Tunísia. A resistência pela manutenção do *statu quo* também. Ondas de desmando e violência revestiam as ruas de Tunis e das demais grandes cidades. A reivindicação dos tunisianos parecia em tudo justa. Eles clamavam por liberdade e democracia. Empregos aos jovens e melhores condições aos idosos. Os países ditos ocidentais — entre os quais, a França — aplaudiam. A opinião pública veiculada pela grande imprensa de Londres a Paris a Berlim a Paris a Washington a São Paulo a Roma a Madrid ao Cairo saudava. Os dias continuavam passando. A situação piorava. A violência, aumentando.

Ministros da França tinham e têm acesso direto e privilegiado aos ministros da Tunísia. A história lhes concedeu essa benesse. O contato de Michèle Aliot-Marie era seu homólogo e amigo Kamel Morjane. O ministro Morjane a pedido da França se rendeu a Paris naquele janeiro de 2011. Michèle Aliot-Marie e ele se encontram e falam pessoalmente sobre a situação tunisiana. A franqueza imperara sobre o encontro. O diagnóstico pareceu convergir. A corrupção promovida pela família presidencial havia lustros tinha emergido ao saber público. Ineficaz continuar a escondê-la. O povo lha tinha, mais que nunca, inaceitável. O presidente Ben Ali desconhecia ou fingia não ver. Seus parentes estavam a pilhar o estado. Michèle Aliot-Marie e Kamel Morjane fixaram, então, compromisso de alertar frontalmente ao presidente tunisiano sem rezear as represálias.

Antes de qualquer represália vinda da Tunísia, a imprensa francesa iniciou especulação sobre a relação distintiva de Michèle Aliot-Marie com os tunisianos, do presidente à gente do povo. Deu nos jornais franceses que a França estava auxiliando o governo tunisiano na repressão aos insurgentes. Deu nos mesmos jornais que esse apoio vinha do Quai d'Orsay. E pouco ou nada valiam os desmentidos da ministra e do Quai d'Orsay.

Os ventos da Tunísia sopraram para além-fronteiras. Incrustavam o Egito. Do Egito ao Iêmen, à Líbia, à Síria. A estação era primavera. Convencionou, então, nominar primavera árabe. Primavera dos povos árabes. Todos pedindo liberdade e democracia e fim dos mandos ditatoriais. Alguns aludindo ao, enfim, “fim da história”. Logo as ruas das principais capitais da Europa começavam enviar mensagens de cumplicidade e solidariedade. Ninguém concorria a se opor aos encantos emanados das ruas árabes.

A imprensa francesa continuou especulando sobre a relação da patroa do Quai d'Orsay com a gente da Tunísia. Não deu muito e o *Médiapart* publicou que as últimas férias de fim de ano de Michèle Aliot-Marie e família tinham sido pagas pelo governo tunisiano. Mais diretamente por Kamel Morjane. Disseram que ela, a ministra, viajara em avião tunisiano. Que a propriedade fiada aos seus pais era parte de obscuro dossiê tunisiano imantado em evidente conflito de interesses.

A respeitabilidade da ministra estava posta em questão. A moralidade da pessoa da ministra também. A fascinação total de todos pela primavera dos povos árabes levava Michèle Aliot-Marie à condição de traidora da liberdade e do desejo democrático dos insurgentes. O disse pelo não disse da imprensa canibalizou toda possibilidade de sua permanência no cargo. A oposição à presidência de Nicolas Sarkozy e ao governo de François Fillon insistiu junto com a imprensa na sua imediata substituição. O presidente Sarkozy foi determinantemente contra. Exigiu de Michèle Aliot-Marie força para resistir. Ela foi até onde conseguiu. Em fins de fevereiro, não pode mais. Pediu para sair. Saiu.

Nas aparências, suas férias natalinas na Tunísia a retirou do governo. Mas as aparências sempre muito enganam. E para bem demonstrar essa enganação ela vem de publicar o poderoso *Au coeur de l'État*. Um *récit* de sua trajetória política e ministerial.

128

Seguir a vivo a política de qualquer país jamais foi tarefa pouco inglória. Pelos jornais e demais instrumentos de comunicação e formação e difusão de opinião, os políticos profissionais e amadores promovem constantes operações de informação e desinformação que inibem os iniciantes e conduzem ao erro até aos mais bem treinados. No Brasil, nos Estados Unidos, na Argentina, no Reino Unido, no México, na Austrália — talvez não muito na Venezuela nem na China e quem sabe um pouco no Japão — essa prática virou norma. Outros vários países podem ser inseridos nessa lista de normalidade e anormalidade. A bem dizer, complexidade. Onde o chão de terra da vida pública consiste em teatro de sombras de guerras políticas sem fim. No caso da França, existem agravantes adicionais.

Os franceses, no poder ou não, gostam de política. Amam política. Exalam política. E se rogam dela conhecedores. E os políticos franceses, para defender sua honra ou simplesmente sobreviver no *métier*, gostam de fazer política. Gostam da discussão. Gostam de debater. E o fazem, muita vez, por escrito. Carregam, assim, o instinto de Saint-Just e a perspicácia de Marat na eterna procura do estilo de Voltaire, Diderot, Balzac e Zola. Todos aspiram produzir seu *j'accuse* ensejando estar no bom lado da história em seus "*affaires Dreyfus*" cotidianos.

O general De Gaulle, que fundou a Vª República francesa, foi quem inaugurou essa moderna aurora de político escritor e cultor. Sua "*certaine idée de la France*" avivou um estilo de memória política *in progress*. Todos os seus sucessores foram prolíferos nessa matéria. George Pompidou era formado em letras clássicas e deixou textos e discursos memoráveis. Valéry Giscard d'Estaing, de tanto escrutinar a palavra, após sair da presidência, ingressou na prestigiosa *Académie Française* — o empório francês de adoração às belas letras. François Mitterrand encarnava o mais profundo dos mistérios da língua e da cultura da França. Não diferente é Jacques Chirac. E não somente por seus notáveis *Chaque pas doit être un but e Le temps présidentiel*¹. Volumes de memórias. Basta visitar o monumento chamado *Musée de Quai Branly*. Nicolas Sarkozy e François Hollande também participam dessa tradição. Mas isso vai ficar claramente mais evidente quando abdicarem totalmente de suas funções. Mesmo que o imediatismo e a luta política sugiram que não.

Mas os presidentes franceses da Vª República jamais monopolizaram o amor pelas palavras. Não custa lembrar que o general De Gaulle tivera como ministro um certo André Malraux. François Mitterrand fora servido por escritores e intelectuais da estirpe de Régis Debray e Jacques Attali e Erik Orsena e Michel Rocard e Hubert Védrine. O principal ministro de Jacques Chirac, Dominique de Villepin — secretário geral do Élysée, ministro do exterior e primeiro-ministro — segue reputado na França como poeta. No caso da presidência Sarkozy, 2007-2012, inexistiram, ao menos aparentemente, poetas. Mas escritores prolíferos ou ministros e secretários escritores foram vários.

Fora Henri Guaino, assessor especial da presidência e produtor dos principais discursos, homem de cultura e leitura, para ficar apenas em alguns estetas da palavra e seguidores do *mémoires politique in progress* ao estilo do general, podemos mencionar Hama Yade, Bruno le Maire, François Baroin e a própria Michèle Alliot-Marie.

Carnets du pouvoir de Rama Yade personaliza a trajetória de uma jovem negra tornada secretária de estado encarregada de *Affaires étrangères et Droits de l'homme*, depois do

Esporte e, por fim, embaixadora da França na Unesco². *Journal de crise* de François Boroin relata a resposta francesa à crise financeira mundial seguida da crise do euro no período em seu período à frente do ministério do *budget* e, depois, das finanças³. *Jours de pouvoir* de Bruno Le Maire reconta a sua passagem pelo ministério da agricultura⁴.

129

Au coeur de l'État de Michèle Aliot-Marie reconta as suas experiências no coração da política francesa.

As balizas temporais do recolhimento de Michèle Aliot-Marie são precisas. Do 6 de dezembro de 1999 ao 27 de fevereiro de 2011. Nesse período ela ocupou pioneiramente os cargos dos mais importantes da política francesa. Foi a primeira mulher a presidir o RPR — *Ressamblément pour la république* —, partido de Jacques Chirac, presidente no poder. Foi a primeira mulher a encabeçar o ministério da defesa, onde permaneceu por cinco anos ininterruptos. Foi a primeira mulher a chefiar o ministério do interior e depois o ministério do exterior. Fora também guarda de *sceaux* e ministra da justiça. Continua sendo o único político francês a participar de quatro ministérios de primeiro escalão — defesa, interior, justiça e exterior. Além de um dos poucos políticos franceses a ter participado de mais de 700 conselhos de ministros. Seu livro apresenta as principais experiências tiradas dessas responsabilidades. Mas seu objetivo essencial é demonstrar que sua demissão em 2011 foi mais produto de sua ascensão na política que de quaisquer males ou bens entendidos com os tunisianos.

Dentre todos os possíveis defeitos e qualidades aferíveis a esse escrito de Michèle Aliot-Marie, de falta de franqueza ele não pode ser acusada. A franqueza aparece de forma tamanha que muita vez enamora o cinismo e a pretensão. Do início ao fim a autora pretende consubstanciar dois argumentos. Primeiro: é difícil ser mulher na política. Segundo: é difícil fazer política quando se é mulher. Essas duas situações vão sendo exploradas em questões práticas desde sua chegada à presidência do maior partido da França em 1999 até suas passagens pelos vários ministérios e presidentes.

Logo ao início da narrativa, ela reconta sua relação com o líder maior do RPR, o presidente Jacques Chirac. Eles se conheciam desde os anos de 1960. Ela demonstra respeito e deferência pelo então presidente Jacques Chirac — hoje, 2016, um octogenário. Mas não nega que ele tivera com ela uma postura claramente paternalista e repulsiva à sua chegada à presidência do RPR. Esse período passou e o próprio presidente Chirac lhe alçou ao importante ministério da defesa. Sua passagem por esse ministério envolve 90% de seu relato de *Au coeur de l'État*. As demais experiências são ou tidas como menores ou sem imensa importância. Sobre sua passagem pelo Quai d'Orsay, Michèle Aliot-Marie afirma sem recalques que “*Aux affaires étrangères, le ministre n'est pas là pour faire du concret. Il est considéré comme un porte-parole : porte-parole du président de la République, ou du personnel du Quai d'Orsay*” (p. 239). No ministério da defesa, onde foi ministra de 2002 a 2007, ela explora aspectos importantes da interação da França com os países da África, da Ásia e do Oriente Médio. Chama atenção para participação dos soldados franceses no Afeganistão, no Iraque, no Himalaia, no Mali, na Costa do Marfim. Relata a centralidade do *decision making* no interior do ministério. Informa do choque que a chegada de uma mulher, ela em questão, a esse posto provocou internamente e, em seguida, na relação com seus homólogos, geralmente homens, mundo afora. Sobre a América do Sul ela não poupa nenhum detalhe.

Toujours est-il qu'en Argentine, en Uruguay, au Pérou comme en Colombie, c'était chaque fois le même scénario. Je m'asseyais face à mes interlocuteurs, des hommes uniquement, et là, pendant

que je leur parlais, je voyais leurs regards. Ils commençaient par regarder mes chevilles, puis mes jambes (je portais à l'époque surtout des jupes), pour remonter ensuite jusqu'au buste, mes mains... bref, ça leur prenait un bon quart d'heure pour 'm'évaluer'. Enfin, ils arrivaient à mon visage, à ma bouche, et ils s'apercevaient soudain que, chose incroyable, cette bouche parlait ! Et qu'elle parlait des sujets techniques et que cela ne semblait pas idiot ! (p. 218).

130

Ela sugere e deseja, mais por delicadeza que por convicção, que as coisas devem de ter mudado nessa parte do mundo especialmente com a chegada de Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner ao poder. Mas isso segue apenas uma suposição. O que não fica subentendida é a sua boa relação com Angela Merkel, Hillary Clinton e Condollezza Rice mulheres das mais poderosas do mundo político desde início de século 21.

Mas sua questão definidora é a França. Mais precisamente as razões de sua demissão no 27 de fevereiro de 2011.

Ao longo do livro vai ficando explícito que tudo começa em dezembro de 1999, mas ganha aceleração da degradação a partir de 2005.

O ano de 2005 impôs duas crises de importância à presidência de Jacques Chirac. A primeira oriunda do desgaste normal e natural de seu primeiro-ministro Jean-Pierre Raffarin. A segunda o processo que geraria o “não” francês no *referendum* pela Constituição Europeia.

O desgaste de primeiro-ministros franceses causa crises políticas na França desde os tempos do presidente François Mitterrand. Sob a sua presidência, após perder maioria na Assembleia, o presidente Mitterrand cederia o posto de primeiro-ministro à oposição. Com isso teve início a prática da coabitação. Presidente de uma coalizão partidária e primeiro-ministro de outra. Por acaso do destino, o primeiro primeiro-ministro da coabitação foi o *maire* de Paris, Jacques Chirac, enviado a Matignon em 1986. A experiência foi traumática para todos os setores políticos. Mas consistia num imperativo para a governabilidade. Nos tempos de Jacques Chirac presidente, 1995-2007, muitas crises políticas tiveram lugar. Em 1997, à sua demanda, a própria Assembleia Nacional fora destituída. Do ano seguinte, 1998, até 2002, o socialista Lionel Jospin cumpriria a função de primeiro-ministro também nos termos da coabitação.

As eleições presidenciais de 2002 reorientaram o cenário político francês. O primeiro-ministro Lionel Jospin se desincompatibilizara do cargo para concorrer às presidenciais. Foi para o embate. Mas não chegou ao segundo turno que o presidente Jacques Chirac disputaria com Jean-Marie Le Pen, representante do Front National. Nesse cenário de segundo turno Chirac-Le Pen, o conjunto dos partidos e da sociedade se uniu para reeleger Jacques Chirac em detrimento do oponente que em pleno século 21 continua a defender princípios de cunho racista, xenofóbico, homofóbico e de inspiração nazista. Além de *petainiste* — adorador do marechal Pétain, que, malgrado herói da primeira guerra mundial, capitulara à Alemanha de Hitler em 1940 —, Jean-Marie Le Pen proclamava, e segue proclamando, abertamente que as câmaras de gás do holocausto contra os judeus tinham sido simplesmente um mero detalhe da Segunda Guerra Mundial. Enfim, 2002 — tanto quanto 1981, quando da eleição de François Mitterrand — levou a sociedade francesa a profunda reflexão e exame de consciência sobre o seu destino político e nacional.

O presidente Jacques Chirac não simplesmente fora reeleito. Ele angariou 82% dos votos. Isso lhe conferiu plena autoridade política para organizar o governo amplamente fiel aos seus desígnios partidários. Jean-Pierre Raffarin, depositário desses desígnios, foi convocado para Matignon, morada do primeiro-ministro.

Ser primeiro-ministro, encarnar Matignon, não consiste em encargo de pouca vereda. A pressão política — pública, privada, popular e partidária — permanece crescente. Ao primeiro-ministro recai praticamente todo o ônus da função de estado. Todos os desarranjos do país lhe são creditados. O presidente dispõe da credibilidade de estadista. Representa o país ao exterior. O contexto exterior muita vez consegue mais fluidez que o contexto interno. Essa distribuição de responsabilidades entre presidente e primeiro-ministro tem sempre pesos e medidas muito diferentes. Jean-Pierre Raffarin viveu isso na carne.

131

Em 2005, os conflitos de interesses foram ao colapso. O “não” francês à Constituição Europeia foi a fagulha derradeira da discórdia. O presidente francês era pela Constituição. Logo a França deveria também sê-lo. Mas isso demandava convencer a sociedade. Essa atividade pedagógica ficara ao encargo do primeiro-ministro. O visível fracasso da ação expressaria o fracasso do primeiro-ministro. Que também era responsabilizado pela fragilidade econômica do país, pelo desemprego massivo e pela onda de violência que assolava as principais cidades francesas — lembre-se que em 2005 virara moda queimar carros como forma de protesto.

O primeiro-ministro e seu governo ficaram muito frágeis. Indefensáveis. Ia se avizinando o momento da reforma do governo. Impunha-se irremediável a troca do ilustre hóspede de Matignon.

Matignon sempre fora o endereço dos mais cobiçados pelos políticos franceses. Em muitas medidas inclusive mais que o próprio Élysée. Todos os detentores das chaves desse suntuoso hotel parisiense são objeto de admiração e inveja, respeito e ojeriza. Consequentemente, a disputa por ele representa batalha monumental.

Pelos momentos decisivos, Michèle Aliot-Marie, Nicolas Sarkozy e Dominique de Villepin eram os páreos da disputa. Dominique de Villepin, o homem do “não” francês à invasão do Iraque em 2003, virou primeiro-ministro. Nicolas Sarkozy e Michèle Aliot-Marie foram preteridos. Em *Au coeur de l'État* Michèle Aliot-Marie apresenta as razões de sua preterição. E mais uma vez não poupa o presidente Jacques Chirac. “*Chez quasiment tous les hommes politiques, il y a une incapacité à dire non à celui qu'ils côtoient quotidiennement*” (p. 252). Com isso ela justifica e desqualifica a relação de proximidade entre Dominique de Villepin e Jacques Chirac. Dominique de Villepin era claramente o homem de confiança do presidente desde a primeira hora. Era seu “faz tudo” desde 1995. Tornado chanceler em 2002, não desapontou seu chefe.

Quai d'Orsay e o Brienne — relações exteriores e defesa — possuem peso estratégico similares. Seus ministros são equiparáveis politicamente. Dominique de Villepin e Michèle Aliot-Marie eram, portanto, aspirantes naturais a primeiro-ministro na falta de Jean-Pierre Raffarin. Michèle Aliot-Marie fora muitas vezes (ver pp. 247-259) consultada e instada pelo primeiro-ministro Raffarin, por parlamentares, pela imprensa e pelo próprio presidente Chirac sobre seu desejo de ascender à Matignon. Mas nos últimos instantes:

Dominique de Villepin, par l'intermédiaire, m'ont rapporté certains, de Claude Chirac, ou en usant de son passé d'ancien secrétaire général de l'Élysée, réussit à obtenir un rendez-vous en tête à tête avec le Président. Il lui parle des résultats, laissant entendre qu'il s'agit là d'une constatation grave de son autorité de chef d'État (...). Le Président se laisse convaincre (p. 251).

Mas mais que Matignon, ali estava sendo decidida a indicação dos presidenciais para 2007. Preteridos em 2005, Michèle Aliot-Marie e Nicolas Sarkozy viraram, desde

então, candidatos quase naturais para suceder Jacques Chirac. No ano seguinte, eles apresentaram as suas candidaturas. Michèle Aliot-Marie abdicaria em apoio à Nicolas Sarkozy e à unidade de sua família política, agora denominada UMP – *Union pour un Mouvement Populaire*. Mas o furor de som e fúria ao entorno não cessaria.

Nicolas Sarkozy fora eleito presidente. Sua tônica foi promover ao início um governo de união nacional. O sinal mais forte decorreu da escolha do socialista Bernard Kouchner para o Quai d'Orsay. 2010 repetiria 2005. Se não em todo, em muitas partes. O desgaste do governo e do primeiro-ministro era imenso. Agora com o incremento da necessidade de gestão da crise financeira mundial e da crise do euro. O desemprego era crescente e o crescimento econômico descendente. Foram múltiplos dossiês internos de suspeita de corrupção. O presidente Sarkozy optou por manter o primeiro-ministro. Mas impôs alteração de ministros. O imediato a ser substituído foi o do exterior. Para o seu lugar foi convocada Michèle Aliot-Marie. Mas essa crise de 2010, como a de 2005, abria claramente os eixos da disputa no interior do partido pela definição dos presidenciáveis para 2012. Michèle Aliot-Marie, no Quai d'Orsay, era mais uma vez cotada. Agora com mais força e mais experiência. Essas razões conduziram, em seu entender, o colapso de sua permanência no governo em 2011.

"En réalité, toute cette histoire de la Tunisie tenait sur une série de petites choses banales, légales, 'normales', mais qui, présentées d'une certaine façon grâce à des petits camarades décidés à m'éliminer, prenaient des proportions anormales" (p. 273), desabafa sua posição e o núcleo do argumento de seu *Au coeur de l'État*.

Muitas questões da política francesa desses mais de quinze anos ficaram de fora do relato de Michèle Aliot-Marie. Muitos dossiês relacionados à defesa internacional e europeia poderiam ser mais aludidos e considerados. A relação franco-brasileira, por exemplo, poderia ter ganhado algum verniz. Mas convém reconhecer que a natureza do depoimento da autora concerne à feroz disputa de natureza política. E nessa disputa reside a sua importância de seu livro enquanto depoimento e relato. Um livro vivo e vivaz. Corajoso. Forte. Fala de sobreviventes. Homens e mulheres que suportam viver nesse país por demais estranho denominado política. Uma terra de brutos. Muita vez sem amor nem ternura. Uma terra de gigantes. Onde fracos não têm vez.

(Recebida em novembro de 2015)

(Aprovada em maio de 2016)

Cite esta resenha

SILVA, Daniel Afonso. Onde os fracos não têm vez. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 7 | N. 1, pp. 125 – 132, dezembro 2016. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>

Notas

1 Éditions Nil, Paris, 2011. 2 vols.

2 Éditions du Moment, Paris, 2014. 537 pp.

3 Éditions JCLattès, Paris, 2012. 359 pp.

4 Éditions Gallimard, 2013. 429 pp.